



NOTA CONJUNTA DAS ENTIDADES DE CLASSE DA SEGURANÇA PÚBLICA

As entidades signatárias, representantes da quase totalidade dos policiais civis brasileiros – ativos, aposentados e pensionistas – **manifestam veemente descontentamento ao texto apresentado – PEC 18/2025**, pelos seguintes motivos:

1. Falta de diálogo e desrespeito institucional (real necessidade de mudanças no texto constitucional originário)

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) **ignorou** os profissionais que atuam na linha de frente no combate ao crime. Não houve consultas, debates ou sequer reuniões formais com suas entidades representativas, **ferindo o princípio básico da gestão democrática**.

2. Proposta desconectada da realidade

A PEC não reflete:

- **Os anseios da população:** Dados do **Folha de São Paulo (2025)** mostram que **mais de 50% dos brasileiros colocam a segurança pública como prioridade máxima**, acima de saúde e emprego;
- **As necessidades do século XXI:** A proposta não aborda **tecnologia, inteligência policial ou modernização das estruturas**, essenciais para uma segurança **proativa e eficaz**;
- **Os direitos dos profissionais:** Ignora demandas históricas da categoria, que impactam diretamente a capacidade operacional das forças de segurança.

3. Alternativa concreta

As entidades estão construindo uma proposta **MODERNA e VIÁVEL**, alinhada a três pilares:

- **Eficiência:** Modelos de gestão com métricas transparentes e integração de dados;
- **Equidade:** Políticas que combinem rigor no combate ao crime e respeito aos direitos humanos;
- **Correção de inconstitucionalidades/ilegalidades/anomalias:** inseridos na EC 103/19; no tratamento pouco relevante dado aos fundos da segurança pública e; consolidação de banco de dados único;
- **Urgência:** Cumprimento da promessa de campanha de um **Ministério da Segurança Pública autônomo**, com recursos e planejamento estratégico.

A segurança pública não se faz sem os que nela atuam diariamente – e muito menos contra a vontade expressa da população brasileira.

Brasília-DF, 27 de maio de 2025